

Notas sobre os Fundamentos Institucionais das Decisões na Teoria Geral

Fabiano Abranches Silva Dalto

fabiano@sociais.ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

RESUMO

A ênfase que Keynes (e Pós-Keynesianos) colocam na influência da incerteza sobre a tomada de decisões pelos agentes econômicos têm merecido críticas de vários lados. Do lado da teoria neoclássica, pode-se citar o vigoroso ataque de Coddington (1982) às hostes keynesianas, em particular, Pós-Keynesianas. Dividindo a corrente Pós-Keynesiana em dois grupos, Coddington (1982, p.485) chama uns de *oportunistas* e outros de *niilistas*. Hodgson (1988) entende que Keynes não tem uma teoria de como as expectativas são formadas. Esse artigo pretende discutir em que, e se, a teoria de Keynes satisfaz as condições de uma análise institucionalista, em particular, quando ele formula a “teoria prática do futuro” (Keynes 1978), ou seja, a formação de expectativas a longo prazo com base no comportamento convencional (Keynes 1964).

1. Introdução

A ênfase que Keynes (e Pós-Keynesianos) colocam na influência da incerteza sobre a tomada de decisões pelos agentes econômicos têm merecido críticas de vários lados. Do lado da teoria neoclássica, pode-se citar o vigoroso ataque de Coddington (1982) às hostes keynesianas, em particular, Pós-Keynesianas. Dividindo a corrente Pós-Keynesiana em dois grupos, Coddington (1982, p.485) chama uns de *oportunistas* e outros de *niilistas*. Do lado das correntes heterodoxas, pode-se citar Hodgson (1988) que afirma ter sido Keynes incapaz de prover uma teoria que explicasse a formação de expectativas coerente com um ambiente incerto, pois tomou o conceito de agente racional dos neoclássicos, no sentido de um agente abstrato que tem uma função-objetivo bem definida, embora tenha Keynes demonstrado a possibilidade do sistema operar abaixo do pleno emprego dos fatores devido a incerteza. Há, porém, autores que procuram encontrar em Keynes, pode-se assim dizer, fundamentos instucionalistas (Wray 1996, e Colander, 1993; Crotty 1990 e 1994).

Este artigo representa o início de uma agenda de pesquisa em que se pretende discutir em que a teoria de Keynes satisfaz as condições de uma análise

institucionalista, em particular, quando ele formula a “teoria prática do futuro” (Keynes 1978, p.172), ou seja, a formação de expectativas a longo prazo com base no comportamento convencional (Keynes 1964, p.147). Assim, parece-me importante começar apresentando quais são aquelas “condições” para uma análise institucionalista, afirmada acima. Para tanto, utilizam-se as concepções de “ação coletiva” de Commons (1931) e as cinco características de uma análise institucionalista de Hodgson (2000). Segue uma discussão entre distintas interpretações da teoria de Keynes sobre o comportamento, formação de expectativas e tomada de decisão dos agentes, em particular em relação ao investimento, procurando identificar as posições que se ajustam às “condições” da análise institucionalista e as que não se ajustam. Ao final apresentam-se algumas notas conclusivas do artigo.

2. A “Ação Coletiva” como a essência do Institucionalismo

Em recente artigo Hodgson (2000) se pergunta “What is the Essencial of Institutional Economics?”. Nele o autor lista cinco possíveis candidatos para expressar a “essência” da economia institucional: ausência de um projeto político específico; interdisciplinaridade; estudo das instituições; reconhecimento da economia como um sistema aberto e evolutivo; o indivíduo é afetado por seu ambiente institucional e cultural, de forma que o indivíduo não é um “dado”(Hodgson 2000, p.318).

Para Hodgson (*op. cit*, p.318) os cinco pontos acima “contain the ‘hard core’ of the institutionalist tradition”. Porém, sua questão é mais específica, uma vez que pretende demonstrar a “essência” da economia institucional. Então, o segundo passo de Hodgson é buscar entre os cinco pontos listados aquele que distinga a economia institucional das demais escoas, i. e., que seja sua característica definidora. Assim, dos pontos acima Hodgson (*op. cit*, p.318) afirma que “the single most important defining characteristic of the old institutionalism is proposition (5)”, i. e., a “essência” da economia institucional é que os agentes não são dados e que o ambiente institucional e a cultura afetam seu comportamento.

Para Hodgson nenhuma das outras características podem ser definidoras da economia institucional porque todas elas estão presentes - ou são condizentes com - na economia neoclássica. Em relação ao primeiro ponto, a falta de uma proposta

política específica dos institucionalistas, Hodgson diz que se isso fosse a essência da economia institucional, a teoria neoclássica também seria institucionalista. Para ele, é um erro associar a teoria neoclássica com qualquer postura política, pró ou anti-mercado, uma vez que a teoria neoclássica não compreende o funcionamento real das economias de mercado. Além disso, “the core presuppositions of neoclassical theory are in fact enormously flexible in policy terms, depending upon which auxiliary assumptions are chosen” (Hodgson *op. cit.*, p.321).

Tanto a interdisciplinaridade quanto as instituições não definem a essência da economia institucional, já que a escola neoclássica também pode ser interdisciplinar, desde que se associando a correntes individualistas de outras disciplinas, por exemplo as escolas individualistas da psicologia e da antropologia (Hodgson *op. cit.*, p.322). Além disso, os neoclássicos têm também analisado instituições como surgindo das decisões maximizadoras dos agentes racionais (North 1991, pp.97-98). Logo, os institucionalistas “cannot claim to be the only school of economics to study institutions” (Hodgson *op. cit.*, p.322).

No que diz respeito as características evolucionária e de sistema aberto, Hodgson as considera conceitos ainda vagos para definir uma escola de pensamento (Hodgson *op. cit.*, p.322-323).

Após descartar as outras quatro características da economia institucional como provedoras de sua característica essencial, Hodgson afirma que a quinta característica é a essência da economia institucional: “A notion that the individual is not given, but can be reconstituted by institutions, pervades the tradition of old institutionalism from its predecessors in the historical school to its modern successors” (Hodgson *op. cit.*, p.322). Esta característica distingue o “old institutionalism” do “new institutionalism”, já que para a segunda o indivíduo é dado, e suas funções preferências, embora assumam instituições como argumento, não são alteradas pelas instituições e cultura (Hodgson *op. cit.*, p.327). Segundo Hodgson, para uma análise com base em fundamentos institucionalistas, as instituições devem ser vistas como determinantes fundamentais do comportamento dos agentes. Claro, isso não significa necessariamente que o institucionalismo seja determinista, no sentido de que a cultura e a estrutura econômica manipulam os indivíduos. As instituições também são fruto do comportamento dos indivíduos em sociedade. Sendo assim, a economia institucional deve se basear no que Hodgson define por “upward e downward causation”, i. e., o “recognition of both the dependence of institutions upon

individuals and the molding of individuals by institutions (...); individuals create and change institutions, just as institutions mold and constrain individuals” (Hodgson *op. cit.*, p.326).

Também Commons (1931) parece corroborar a idéia de que as instituições são as regras, formais ou não, que estabelecem os limites e possibilidades do comportamento individual. Commons define instituições como “collective action in control, liberation and expansion of individual action” (Commons *op. cit.*, p.649). A ação coletiva coloca sobre os indivíduos suas obrigações e direitos, formalmente ou informalmente. O que é obrigação para uns é direito para outros (*op. cit.*, p.649). Segundo Commons (*op. cit.*, p.650) essa é uma idéia surgida das finanças corporativas, dos balanços financeiros das empresas, de seus ativos e passivos. Mas esses são ativos e passivos formalmente estabelecidos, enquanto a maior parte do comportamento dos indivíduos é controlada por “ações coletivas” informais (*op. cit.*, p.651). Elas podem passar a ser estabelecidas formalmente quando surgem disputas entre os agentes envolvidos. Aliás, “it is the way collective action acts on individual action in time of conflict” (*op. cit.*, p.651).

Observa-se que nos termos de Commons, as instituições, ou ações coletivas, não só controlam, mas também liberam e expandem as ações individuais. Surpreendentemente, ao contrário do que poder-se-ia crer, as instituições ampliam o escopo da ação individual ao garantir que os demais indivíduos se comportem dentro dos padrões estabelecidos pela ação coletiva. Isso parece responder à crítica comum de que as instituições controlariam, como bonecos, os comportamentos dos indivíduos. Logo, a proposição de “upward e downward causation” de Hodgson (2000), também está contida na definição de ação coletiva de Commons (1931).

O campo da economia institucional é então, as transações entre os indivíduos, considerando-se as regras que as suportam. Mas, segundo Commons, as transações não são definidas pelas trocas de mercadorias, “but the alienation and acquisition, between individuals, of the *rights* of property and liberty created by society, which must therefore be negotiated between the parties concerned before labor can produce, or consumers can consume, or commodities be physically exchanged” (Commons *op. cit.*, p.652). Nesse sentido, a economia institucional está fundamentalmente voltada para a análise de como os indivíduos garantem (ou pelo menos tentam garantir) seus bens, ativos, riquezas no futuro, e quais as regras sociais que suportam as estratégias dos agentes, controlando-as, liberando-as e expandindo-as.

A psicologia do comportamento na economia institucional é o que Commons (*op. cit*, p.655) chama de “negotiational psychology”, i. e., as transações são estabelecidas entre os indivíduos *em conflito de interesses* por meio do convencimento, coerção, persuasão, argumentos, comandos etc, espontaneamente permitidos, juridicamente impostos, ou politicamente estabelecidos. Todos eles envolvem algum caráter hierárquico entre os agentes envolvidos nas transações, constituído pela força, pela inteligência e sagacidade, pelo consentimento, ou pela violência. Por fim, “in all cases negotiations are directed towards future time, the universal principle of futurity” (Commons *op. cit*, p.655).

Enfim, pode-se dizer que a economia institucional trata das regras que “controlam, liberam e expandem” o comportamento dos indivíduos quando esses realizam transações com demais indivíduos em sua busca de garantir a própria sobrevivência futura. Tais instituições são necessárias porque os indivíduos estabelecem as transações em conflito com demais indivíduos, mas dependentes do comportamento deles. A garantia da sobrevivência individual no futuro dependerá, uma vez que as funções que os indivíduos desempenham são complementares, do consentimento, espontâneo ou não, dos demais indivíduos. A garantia da reprodução social, ou da sobrevivência da sociedade, se procede quando as partes desempenham suas funções (obrigações) sem destruição das demais partes complementares. A reprodução, ou a efetiva conclusão dos acordos, “become expectations of the immediate or remote future, secured by the collective action, or ‘institution’, of property and liberty, and available only after the conclusion of a transaction” (Commons *op. cit*, p.656).

A seguir segue uma apresentação da formação de expectativas na Teoria Geral de Keynes e algumas interpretações e críticas a ela. Depois, volta-se à questão fundamental do artigo que é o de estabelecer, mesmo que provisoriamente, uma relação entre a escola institucionalista e a teoria de Keynes da formação de expectativas.

3. Formação de Expectativas, Convenções e Confiança em Keynes

Um dos principais conceitos inseridos por Keynes no centro das pesquisas econômicas é, seguramente, o da incerteza. Keynes afirmou que numa economia empresarial o futuro não podia ser previsto e que isso poderia levar o sistema a operar

abaixo da plena capacidade se os empresários preferissem a segurança, representada pela posse do dinheiro, à promessa de lucros, proveniente de ativos instrumentais.

O problema é levantado por Keynes a partir de sua distinção entre “economia cooperativa” ou de escambo e “economia monetária”, esta última sendo uma economia em que cada empresário toma sua decisão de forma autônoma, e que a interação das decisões individuais (*ex post*) não pode ser conhecida por nenhum agente no momento em que toma as decisões (*ex ante*). É impossível obter as informações futuras. Elas dependem da interação das decisões tomadas pelos agentes no presente. Nessa economia, manter recursos líquidos – às vezes até recursos monetários que não rendem nada – pode se mostrar vantajoso frente às incertezas.

Keynes (1964) distinguiu entre as expectativas de curto e de longo prazo. Nas de curto prazo as expectativas seriam sempre realizadas, ou ajustas rapidamente, de forma que poder-se-ia, segundo Keynes, assumir a plena satisfação das expectativas. Mesmo assim, Keynes observou que isso não garantia que o nível em que as expectativas eram satisfeitas era o mesmo que empregaria plenamente os recursos disponíveis (*op. cit.*, cap.3).

Já quando considera o longo prazo, no capítulo 12 da Teoria Geral, Keynes apresenta uma discussão mais sofisticada para a formação de expectativas dos agentes. O procedimento dos agentes econômicos diante da incerteza seria a adoção de um comportamento convencional, o que em outro artigo (Keynes 1978, p.172), onde reformula a questão, ele chama de “teoria prática do futuro”. Segundo Keynes (1978, p.171) , o “objetivo geral da acumulação de riqueza é o de provocar resultados, ou resultados potenciais numa data comparativamente, e às vezes, *indefinidamente* distante”, logo, a acumulação de riqueza é eminentemente uma ação voltada para o futuro. Porém, o futuro é algo que desconhecemos, “simplesmente nada sabemos a respeito” (*op. cit.*, p.171). Keynes vai então afirmar que de todo modo os agentes têm a necessidade de tomar decisões e buscar informações de uma forma racional e prática. Para isso, ele propõe que os agentes sigam a “teoria prática do futuro”, que consiste em três atitudes dos mesmos: a) assume-se que o presente sirva de guia para o futuro, a despeito das perspectivas de mudanças no futuro; b) que o “estado da opinião presente” contenha as expectativas futuras; c) que os indivíduos buscam adotar a opinião e o comportamento médio dos demais indivíduos, ao que Keynes chamou de *comportamento convencional*. (Keynes 1978, p.172). Mas tais princípios provêm uma base muito frágil para se ancorar decisões cruciais (Shackle 1955), ou

seja, decisões que modificam o futuro e que estão diretamente vinculadas com o futuro da riqueza dos agentes. Assim, a economia “está sujeita a mudanças repentinas e violentas” (Keynes 1978, p.172).

Como se sabe, é neste ponto que, segundo Keynes, há sentido em se manter reservas de dinheiro. O dinheiro é uma convenção social criada para enfrentar a incerteza quanto o futuro. Isto é, quando as demais convenções sociais falham o dinheiro surge como a âncora final de nossas crenças. Nas palavras de Keynes (*op. cit.*, p.173):

“em parte por motivos razoáveis e em parte por razões instintivas, nosso desejo de manter o dinheiro como reserva de valor constitui um barômetro do grau de nossa desconfiança de nossos cálculos e convenções quanto ao futuro. Embora este sentimento em relação ao dinheiro também seja convencional e instintivo, ele atua por assim dizer, num nível mais profundo de nossa motivação”.

As decisões tomadas nesse ambiente incerto, instável e propenso a flutuações violentas seguem o estado de confiança dos agentes nos melhores cálculos que eles puderam fazer, dadas as convenções reinantes no mercado (Keynes 1964, p.146). Quando a confiança nos prospectos de renda do capital fixo está abalada, os agentes buscam a convenção do dinheiro, eleva-se a preferência pela liquidez e reduz-se a eficiência marginal do capital.

Essa perspectiva de Keynes foi reelaborada e criticada por vários autores. Segundo Carvalho (1988, p.754) as expectativas de curto prazo em Keynes seguem o método rotineiro, i. e., os agentes no curto prazo podem corrigir o nível de produção de acordo com os resultados (preços) realizados no mercado. Porém, segundo Carvalho (*op. cit.*, p. 754), Keynes percebeu corretamente que as expectativas de longo prazo funcionaram de modo diverso, já que

“Os resultados verificados são muito menos importantes na formação de expectativas de longo prazo do que nas de curto prazo.(...) Em um mundo incerto o passado não determina o futuro.(...) Sabendo que a informação disponível não é suficiente para sustentar plenamente as expectativas, o empresário tem de determinar qual o grau de confiança que tem em sua própria previsão, para decidir se agirá com base nela ou não. (*op. cit.*, p.754)”.

Então, pode-se questionar, como é definido o grau de confiança dos empresários? Carvalho vai dizer que o processo de decisão dos agentes deve se ajustar a duas condições. Uma,

“it has to be creative (or ‘uncaused’ in Shackle’s terminology). This means that to make decisions is not just to react in an automatic fashion to ongoing stimuli. To decide cannot be reducible to mere adaptation, which means that one cannot link directly environmental conditions to behavioral results. One is not denying the existence of systemic requirements, of natural and social laws or of any other outside influence on the decision maker. These are seen, however, as pieces of information for, not of command over, the process of decision”. (Carvalho 1988b, p. 68).

A segunda condição é que deve existir uma lógica interna ao processo de tomada de decisão, em que o agente liga certas premissas a um caminho de resultados, consideradas as restrições envolvidas em cada decisão e suas conseqüências. Logo, o comportamento *racional* seria aquele em que os agentes tomariam suas decisões com base nos objetivos desejados, dados os vários caminhos **logicamente** deduzidos. (Carvalho 1988b, pp.68-69). Então, quando Keynes está discutindo a probabilidade ele estabelece que ela é um processo lógico, que não é afetada pelos “caprichos humanos”, a partir de premissas que podem ser escolhidas por cada agente.

Segundo Carvalho(*op. cit.*, p.74), o conhecimento sobre o futuro se completa por meio de premissas imaginadas:

“direct knowledge, the observed premises, can sustain different outcomes depending on how the set of necessary data is completed by *imagined* premises. In situations of this nature, some of the premises may represent true knowledge but the remaining ones will be just hypothesis. These hypothesis may themselves be probable relations but they may also be ‘figments of imagination’, to use Shackle’s terminology”. (Carvalho *op. cit.*, p.74).

Essa postura é criticada a partir de vários matizes teóricos: desde neoclássicos, como Coddington (1982), até outros pós-keynesianos como Crotty (1994) Vejamos onde nos levam essas críticas.

As de Coddington são do tipo destrutiva, i. e., não há salvação teórica para as proposições de Keynes e Pós-Keynesianos. Segundo o autor, a teoria de Keynes a) ou é inócua; b) ou é indiscriminadamente destrutiva (Coddington 1982, p.480). Inócua porque não é a incerteza em si que importa no modelo de Keynes, mas como as pessoas se comportam diante dela. Assim, diante da incerteza o investimento é decidido com base nas experiências passadas e presentes dos capitalistas, “this would not result in private sector investments being wayward and unruly; indeed, it might

result in greater stability than would result from sophisticated calculations based on epistemologically privileged beliefs or an uncanny degree of foresight”(Coddington 1982, p.482). Então, o comportamento errático do investimento não se deveria à incerteza. De fato, o que é necessário na explicação de Keynes, segundo Coddington, é o comportamento instável do investimento.

Irremediavelmente destrutiva, segundo Coddington, porque o que é insatisfatório no foco sobre a incerteza é ver o conhecimento e as crenças como estando aquém de algum estado de certeza (Coddington 1982, p.482). Segundo o autor, a base da crença não pode ser o pleno conhecimento, mas a própria ignorância (Coddington 1982, p.483). Daí ele conclui pela inoperância de uma teoria formulada nas bases do grau de confiança: “one would not feel at all happy expounding a theory in which everyone could – repeatedly – be perfectly confident one moment and discover themselves to have been wrong the next”.(Coddington 1982, 483).

Com base nesses argumentos, Coddington classifica os interpretes de Keynes em duas vertentes. Uma que ele chama de Pós-Keynesianos oportunistas, que “have continued to use notions of uncertainty, with its surrounding penumbra of subjectivism, in the same analitically opportunistic way that Keynes himself did”(Coddington 1982, p.485). E uma outra corrente, os niilistas, “those who have tried to follow in a consistent way the root-and-branch approach to uncertainty” (Coddington 1982, pp.485-486).

O ataque de Coddington é bastante violento e ele propõe que se parta para uma outra teoria, claramente neoclássica no tratamento da incerteza, dado que a primeira vertente é inconsistente e a segunda niilista.

Do lado institucionalista, a questão não está em achar excessiva a preocupação com a incerteza, mas achar insuficiente a formulação de Keynes sobre formação de expectativas e tomada de decisões num ambiente incerto. As críticas de Hodgson (1988, p.222) começam com a (falta de) definição de Keynes de quem está fazendo as expectativas e tomando as decisões: “Does he mean everyone involved in the economy, or a single group or class?”(*op. cit.*, p.222). Segundo Hodgson, Keynes distingue o “empresário” do “rentista”, mas não os define com precisão. “In one passage “the entrepreneur” is the owner-manager of the firma. In another he is an investor on the stock market. In another still the separation of ownership and control is observed, and the process of expectations-formation is split between the financier and the directors of the firm” (*op. cit.*, p.222). E finalmente conclui que

“What is apparent from chapters 11 and 12 of the *General Theory* is that the agent which Keynes has in mind has money capital to invest (...) [No] one who is necessarily making the actual decisions concerning the scale of output, investment and employment in the firm. Joan Robinson (1971, pp.31-32) has pointed out that ‘Keynes rather lost his grip on the distinction between the rentier and the entrepreneur. His discussion of ‘the state of long-term expectations’ is devoted to Stock Exchange rather than to the accumulation of means of production’.” (Hodgson 1988, p.222).

Para Hodgson a referência genérica de Keynes à “natureza humana” quando de posse de dinheiro para aplicar pode tê-lo iludido a necessidade de especificar a estrutura institucional e as relações sociais em que são tomadas as decisões dos agentes. (*op. cit.*, pp.222-223). Assim, o problema não é tanto definir o agente que toma decisões, mas de estabelecer “the process through which expectations are formed and the social culture and structures which give them colour and substance” (*op. cit.*, p.222).

Hodgson (*op. cit.*, p.224) vai dizer que o problema é que Keynes assumiu uma firma redutível a um indivíduo, assim como o fizera Marshall. Assumiu que a firma tem uma função objetivo bem definida e que portanto pode ser reduzida a um corpo compacto (o empresário). Além disso, “Keynes’s picture is of a world that is governed by entrepreneurial speculation, and to a much lesser extent by tradition and routine. In his work, reason and calculation are highlighted; rational agency is overstressed with a neglect of habits and institutions” (Hodgson *op. cit.*, p.226). Mas Hodgson reconhece que há um “fruitful and challenging direction” na obra de Keynes, quando este ao introduzir a incerteza em seu modelo teve que colocar ênfase na formação de convenções e em seu papel na decisão e ação (Hodgson *op. cit.* p.226).

Por essa janela de aproximação entre institucionalismo e Keynes levantada por Hodgson (1988) tem-se o trabalho de Crotty (1994). Nesse trabalho ele, também fazendo uma crítica à versão *niilista* da economia sob incerteza, propõe uma interpretação não *niilista*, porém não descartando a incerteza. Nesse mundo da incerteza, os agentes, isoladamente, têm liberdade de escolha de quais decisões tomar, limitado por seu conhecimento tecnológico, pela natureza e sua imaginação, de forma que o futuro torna-se não determinado. Por outro lado, o mundo capitalista tem-se mostrado evoluindo, na maior parte do tempo, em ordem e continuidade, embora com freqüentes quebras e surgimento de novas ordens e continuidade.

Segundo Crotty (1994, p.116), a teoria econômica tem tratado desse assunto de

forma extremada. Ora, como faz a teoria neoclássica, estabelece uma estrutura determinista ao comportamento dos agentes e ao funcionamento da economia, negando a incerteza. Ora, como fez Shackle e economistas da escola austríaca, trata a incerteza como conduzindo o sistema para caminhos totalmente desordenado, caótico e descontínuo, o que lhes confere o rótulo de niilistas. Assim, para Crotty (1994, p.116)

“He [Shackle] has little to say about the institutions that determine which individuals will play what roles in our class-structured, hierarchical society, that mold agent attitudes and preferences, and that help create conditionally stable consensus forecasts and conventional wisdom out of the potentially unstable and infinitely disparate visions of the future held by managers and financial investors”.

Decisões de acumulação/manutenção da riqueza são cruciais, também no sentido de que estas determinarão a sobrevivência futura do agente decisor, seja ele uma firma ou um administrador. Por outro lado, os agentes devem tomar essas decisões cruciais num ambiente em que ele não possui as informações suficientes. As questões de Crotty (1994) são: a) Como essa dicotomia influi no processo de decisão que o agente adota? b) Qual o processo de tomada de decisão do agente?

Para Crotty não é porque se admite a existência de incerteza que a teoria torna-se niilista. Antes, pelo contrário, aceitá-la como fator determinante nas decisões dos agentes impõe que a teoria busque as fontes que provêm a estabilidade condicional ao sistema. Para ele, há, no mínimo, duas fontes abstratas para isso: a) formação de convenções e de confiança; b) estrutura institucional da economia e da sociedade. (1994, p.117).

Crotty (1994, p.119) afirma que Keynes acreditava que os seres humanos são em parte criaturas das circunstâncias. Dessa forma, a teoria da escolha do agentes deve refletir tanto a complexidade psicológica dos agentes, quanto as instituições que nos moldam. Os seres humanos são então interativos com seu ambiente, moldando-se a ele ao mesmo tempo transformando-o. Assim,

“Although individuals’ values, preferences, modes of understanding, and so forth are socially constructed, through individual and collective action people transform their decision-making environment over time by, among other things, creating new institutions and adopting new practices designed to reduce the harmful effects of uncertainty”(Crotty 1994, p.119).

E, por outro lado, os agentes tem uma profunda necessidade de criar a ilusão de ordem continuidade, mesmo onde essas coisas podem não existir. Assim, segundo Crotty (1994, p.120), para acalmar-nos os nervos diante do fato da imprevisibilidade, os agentes desenvolvem uma *regra de comportamento* para formar expectativas e confiança: são as convenções.

“In place of the complete information appropriate to the fairy-tale world of neoclassical agent choice, Keynes substitutes an expectations formation and decision-making process based on custom, habit, tradition, instinct, and other socially constituted practices that make sense only in a model of human agency in an environment of genuine uncertainty” (Crotty 1994, p.121, grifo adicionado).

Daí Crotty discute (1994, pp.122-132) seis proposições que dizem respeito à formação das convenções e da confiança:

- 1) As convenções servem a uma propósito dual: a) elas substituem o conhecimento; b) elas criam a confiança necessária nas expectativas formadas, conferindo significado a elas; isto é possível porque as convenções são criaturas sociais e sanções sociais. “They are not mere idiosyncratic figments of the individual’s imagination” (Crotty1994, p.122). E “the propensity of agents to believe in the solidity and validity of the conventional forecast and not some innate or genetically transmitted ‘spontaneous urge to action’ [animal spirits] that defects the forces of ignorance and prevents perpetual stagnation or perpetual chaos in a Keynesian world”. (Crotty 1994, p.122).
- 2) Um grupo estável de convenções é *uma* das maiores fontes de estabilidade condicional.; e “Conventions thus help generate an illusion of continuity that can contribute to the creation of stability when conditions are right. Convention-based extrapolative forecasts help produce order and continuity where chaos might have been” (Crotty 1994, p.124). O fato de se ter expectativas extrapolativas (não adaptativas) não significa que o sistema tende para algum nível de equilíbrio, ou que torna-se sempre estável. Como bem mostram os modelos de Minsky e Kalecki, mesmo com expectativas extrapolativas o sistema apresentará momentos de estabilidade e instabilidade. A estabilidade ou instabilidade do sistema dependerá do grau de confiança que se confere às expectativas formuladas.
- 3) Quando não existem convenções estáveis, ou a desconfiança da maioria dos agentes em tais convenções, o processo de geração de expectativas torna-se

instável. De tempos em tempos ocorrem eventos que dilapidam uma convenção estabelecida. E é isto, e não a ação de agentes irracionais ou de *animal spirits* que leva o comportamento dos agentes, principalmente investidores, a buscar a segurança do dinheiro (Crotty 1994, pp. 125-126).

- 4) A relação entre tomada de decisão com base em convenções e estabilidade é contraditória e dialética (Crotty 1994, p.127). Segundo Crotty, tanto Keynes quanto Minsky colocam a formação de expectativas e de confiança dentro do modelo, i. e., endogenamente. “At some point in most cyclical and secular expansions, they argue (Minsky and Keynes), investor expectations outrun the ability of the real sector to generate profit and interest flows; the inevitable clash of run-away investor optimism with the limited ability of the real sector to generate property income can shatter investor allegiance to the conventions of expectation formation” (Crotty 1994, p.127).

A questão é que mesmo tomando como base a formação convencional de expectativas e confiança, i. e., extrapolando para o futuro os últimos eventos, isto não significará uma tendência a estabilidade perpétua, pois a cumulatividade da trajetória pode levar, e por fim leva, o sistema a reverter o processo inicial.

- 5) O processo de formação de expectativas e de confiança de Keynes é irreduzivelmente social e interativo antes do que individualista e isolado. Essa é uma contestação aos argumentos de Hodgson(1988) que identifica a formação de expectativas de Keynes como individualista. Para Crotty, a formação de expectativas com base nas convenções já significam um anti-individualismo, na medida em que o agente decisor deve “adivinhar” o que os demais agentes vão ou desejam fazer.
- 6) A formação de expectativas e de convenções são processos institucionalmente específicos e historicamente condicionados. Como vimos em Hodgson (2000, 1988) e Commons (1931), as instituições limitam e restringem as escolhas dos agentes. E, “The orderly reproduction of any society requires that the individuals who compose that society accept the legitimacy of its basic institutions and that they internalize to a significant degree the motivations and values associated with them and respond to the rewards and sanctions inherent in them”(Crotty 1994, p.132). Várias instituições são listadas por Crotty (1994, pp.133-34) que historicamente cumpriram o papel de prover estabilidade ao sistema. Entre elas: dinheiro e contratos futuros; instituições e práticas de regulação da competição;

tomadas de decisão institucionalizadas; regulações governamentais. Crotty, porém, lembra que ao mesmo tempo que conferem estabilidade as instituições levam os agentes a tomarem posições cada vez mais inconsistentes intertemporalmente, na medida em que se sentem mais seguros quanto a suas expectativas.

4. É possível fazer pontes entre Keynes e Institucionalismo?

Nesse ponto seguiremos essa última indicação de Crotty (1994) de que as proposições de Keynes em relação à formação de expectativas, vale dizer, por meio da formação de convenções e da confiança nelas depositadas, estão intimamente ligadas à metodologia da economia institucional. Ademais, incorporaremos uma outra contribuição de Crotty (1990) para essa análise, cuja discussão se segue.

Para Crotty (1990), a Teoria Geral é espacialmente e temporalmente constituída, no sentido de que Keynes provê uma teoria cujas relações causais, ou variáveis independentes, e cujo comportamento dos indivíduos estão delimitadas no tempo e espaço. Segundo ele, “the central thesis of this article is that Keynes’s theory – as it ought to be – institutionally specific and historically contingent”. (Crotty 1990, p.761).

Crotty vai afirmar que existem dois níveis de análise na teoria de Keynes. O nível I, mais abstrato, em que se têm as características definidores da economia capitalista. E o nível II, mais concreto institucionalmente, que incorpora as instituições, as motivações específicas dos agentes e os limites sociais de suas ações. (Crotty 1990, p.762).

O nível I informa ao nível II quais instituições e comportamentos dos agentes em relação a manutenção e acumulação de riqueza devem ser analisadas em um dado estágio particular de desenvolvimento da economia capitalista. Segundo Crotty (1990, p.761) são eles: a) a força e estabilidade do desejo dos empresários a investirem; b) propensão a consumir; c) o caráter da relação entre empresários produtivos e a classe de rentistas, possuidores de riqueza líquida.

Com essa estrutura de Crotty (1990, 1994) voltemos a Keynes (1964, 1978), Commons (1931) e Hodgson (1998; 2000). Relembremos que para Hodgson (2000) o institucionalismo se define pela dupla relação entre as instituições, moldando o comportamento dos agentes, e esses modificando as instituições. Commons (1931),

por seu turno, estabelece que a economia institucional tem por objeto as obrigações e os direitos, ativos e passivos estabelecidos pelos indivíduos e regulados pelas instituições, antes do que a produção e a distribuição das riquezas. Assim, a economia é um complexo de relações conflitantes resolvidas pelas instituições, formais ou informais, as são reconhecidas como necessárias pelos indivíduos pois eles dependem mutuamente uns dos outros. Os indivíduos que assumem obrigações, de forma consentida ou não, deve se conformar com a ação coletiva; os que são credores ou possuem direitos acreditam no “status of security created by the expectation of the said conformity”. (Commons 1931, p.649).

Parece-nos que é nessa perspectiva que Keynes estabelece seu conceito de comportamento convencional e grau de confiança nele depositados pelos agentes econômicos. Keynes clama também por uma psicologia dos negócios, i. e., as regras do comportamento convencional já apresentadas, nada mais é do que um comportamento institucional, seguindo as regras da ação coletiva, “cada um dos quais procurando copiar os outros”, (Keynes 1978, p.172). Como nas “transações racionalizadoras” de Commons (p.), a ação coletiva também dependerá das circunstâncias e da personalidade dos indivíduos. O peso do argumento é um fator importante na teoria de Keynes. Isto é, os agentes performam funções distintas e tem poder de persuasão distintos também, de acordo com seu poder, efetivo ou imputado, de influir nos resultados futuros e de ter melhor informação do que os demais. As convenções criadas são ações coletivas para proceder com o futuro incerto.

As convenções e as ações coletivas controlam o que os agentes devem esperar de seu futuro. Mas ao mesmo tempo, possibilitam que os agentes possam tentar estratégias de expansão da riqueza, investindo em capital fixo, o que seria quase impossível se ele não tivesse nenhuma regra geral, que todos os indivíduos em geral seguem, em que ancorar sua confiança. As instituições e as convenções apenas ancoram a confiança dos agentes, mas não eliminam a incerteza do ambiente.

Por outro lado, uma análise institucionalista do “agente keynesiano” de seu capítulo 12 da Teoria Geral, deve descer ao segundo nível de análise proposta por Crotty (1990). Isto é, naquele momento particular do capitalismo, o comportamento dominante é o do rentista, ou do aplicador em portfólio, não o do proprietário produtivo ou do administrador. O empresário produtivo, Keynes afirmava, está voltado para os lucros prospectivos da operação de seu capital, enquanto o rentista está de olho no jogo mimético do mercado de ações (Crotty 1990, p.763, Keynes

1964, p.152). Mas se a lógica da psicologia dos negócios, ou se a psicologia das transações, usando os conceitos de Commons, é a mesma que opera num cassino e essas transações é que estão racionalizando as instituições, todas as outros comportamentos são por elas controladas, liberadas e expandidas. Assim, no capítulo 12 da TG, Keynes alertou que sua análise naquele momento era menos abstrata pois “não há muito o que dizer sobre o estado de confiança. Nossas conclusões deverão sobretudo inspirar-se na observação prática dos mercados e na psicologia dos negócios”. (Keynes 1964, p.146).

A perspectiva aqui endossada identifica semelhanças entre Keynes e os institucionalistas no que se refere ao objeto de estudo da economia, as transações entre indivíduos que usam para a resolução de seus conflitos regras, ações coletivas, formais ou não; a forma em que se processam essas transações, através do convencimento, persuasão, ou mesmo pela força de uns agentes sobre os outros numa interação de interesses conflitantes que resultam em regras de resolução das disputas; as ações e transações voltadas para os resultados futuros em termos de produção, distribuição e consumo de riqueza. Em particular, entende-se que a análise de Keynes do comportamento convencional está intimamente ligado ao conceito da economia institucional de ação coletiva (Commons, 1931) face ao futuro incerto e face à interdependência reconhecida pelos os agentes.

4. Comentários Finais

Esse artigo tem pretensões bastante modestas. Nele busca-se caracterizar a teoria de Keynes da formação de expectativas e de tomada de decisões como tendo sido estabelecida dentro dos canones da economia institucionalista, independentemente do que o próprio Keynes pudesse pensar sobre isso.

Procuramos mostrar os princípios básicos da economia institucional, apresentadas com base nas discussões de Hodgson (2000) e Commons (1931). Concluiu-se dessa discussão que a essência unificadora da economia institucional é a consideração do papel fundamental das instituições, ou ação coletiva, na formação das preferências, escolhas, e psicologia dos indivíduos, como também o caráter transformador das decisões dos indivíduos sobre as instituições.

Depois, discutiu-se a formulação de Keynes do processo de formação de expectativas e tomada de decisões num mundo incerto, vale dizer, num mundo em que não é possível obter todas as informações do futuro. Além disso, apresentou-se a

crítica neoclássica formulada por Coddington (1983) ao modelo de Keynes e pós-keynesianos, segundo a qual o modelo tende a ser niilista e, portanto, inócuo.

O passo seguinte foi mostrar que essa crítica erra o foco. Considerar a incerteza não necessariamente leva ao imobilismo ou impossibilidade de fazer teoria. Porém, a teoria deve considerar a incerteza. Apresentou-se, então, a formulação de Crotty (1990, 1994) a esse respeito, mostrando que num mundo de incerteza, o comportamento convencional, o grau de confiança e as instituições são fundamentais para dar estabilidade ao sistema, embora não possam garanti-la eternamente.

Por fim, tentou-se mostrar que esse tipo de abordagem, i. e., a formação de expectativas com base no comportamento convencional, antes de ser fundado no individualismo metodológico, tem bases no institucionalismo no que concerne com o objeto da economia, o princípio da futuridade e do estabelecimento de regras para resolver os conflitos de interesse ou coordenar as ações.

Referências Bibliográficas

- _____. (1988b) *Keynes on Probability, Uncertainty, and Decision Making*. Journal of Post Keynesian Economics. Vol. 11.
- _____. (1994) *Are Keynesian Uncertainty and Macrotheory Compatible?*. In Dymski and Pollin (orgs) "New Perspectives in Monetary Macroeconomics". Ann Arbor: University of Michigan Press.
- _____. (1978) *A Teoria Geral do Emprego*. In SZMRECSANYI, T.(org) "Keynes". São Paulo: Ática.
- _____. (2000) *What is the Essencial of Institutional Economics?* Journal Economic Issues. Vol.34, no. 2, June.
- CARVALHO, C. (1988a) *Keynes, a Instabilidade do Capitalismo e a Teoria dos Ciclos Econômicos I*. Pesquisa e Planejamento Econômico. 18(3), dezembro.
- CODDINGTON, A. (1982) *Deficient Foresight: a troublesome theme in Keynesian Economics*. American Economic Review, vol.72, no.3.
- COLANDER, D. (1993) *The Macroeconomic Foundations of Micro*. Eastern Economic Journal, vol.19, no.4, Fall.
- COMMONS, J. (1931) *Institutional Economics*. American Economic Review, vol.21, Issue 4, december.
- CROTTY, J. (1990) *Keynes on the Stages of Development of the Capitalistic Economy: the institutional foundations of Keynes's Methodology*. Journal of

Economic Issues. Vol. 24, Issue 3, september.

HEINER, R. (1983) *The Origin of Predictable Behavior*. American Economic Review, , vol.73, no.4, September.

HODGSON, G (1988) “Economics and Institutions”. Cambridge: Polity Press.

KEYNES, J.M.(1964) “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro”. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

MCKENNA, E. & ZANNONI, D.(2000/2001) *Post Keynesian Economics and Nihilism*. Journal of Post Keynesian Economics. Vol. 23, no. 2, winter.

NEALE, W. (1987) *Institutions*. Journal Economic Issues. Vol.21, no. 23, September.

NORTH, D. (1991) *Institutions*. Journal of Economics Perspectives, vol. 5, no. 1, winter.

WRAY, R. (1996) *Is Keynesianism Institutional?*. The Jerome Levy Economics Institute, Working Paper No. 257.